

áfricamonitor

INTELLIGENCE

www.africamonitor.net

Ano VIII – Fundado 14.Mar.2005

Nº 772 o 16.Julho.2013

Editor: Xavier de Figueiredo

Breves

» *Confirmados casos concretos de assaltos a viaturas civis em estradas do C, Moçambique, praticados por indivíduos simulados de “irregulares” da Renamo, mas que são, de facto, militares governamentais ou polícias. Uma versão segundo a qual os autores dos simulacros agem de motu proprio prevalece sobre outra que associa os mesmos a acções encobertas do SISE visando desacreditar/confundir a Renamo. As fugas de informação sobre o assunto, com origem nas FDS, são consideradas reflexo de um clima de descontentamento interno e de intentos conexos como o de atingir a cúpula do regime, considerada responsável por uma crise que no plano interno é geradora de previsões pessimistas.*

» *Em acentuação o fustigamento da figura do Presidente Armando Guebuza por parte de meios da Frelimo (AM 771), oposição, sociedade civil e da própria população, que lhe atribuem responsabilidades pela actual crise. Manuel Araújo, do MDM, presidente do Município de Quelimane, disse num debate público, Maputo, que o mal de que o país sofre se chama “guebuzite”, ao que o presidente da Associação dos Médicos de Moçambique, Jorge Arroz, retorquiu que para debelar o mal “o povo deve sair à rua”. Em meios intelectuais e outros está sendo amplamente comentado um artigo do escritor Eduardo White, que de forma áspera trata o Presidente.*

Moçambique

Imbricações da crise actual na futura exploração de gás

Análise

1 . Entre os factores que se julga poderem vir a ser mais eficazes no *forcing* destinado a evitar um agravamento da presente crise político-militar em Moçambique e, ao mesmo tempo, a facilitar uma recomposição da estabilidade interna, avulta o das expectativas de um *boom* económico geradas pelo início da exploração de gás natural.

De acordo com estimativas consistentes, a exploração das vastas reservas de gás natural recém descobertas no *off-shore* (AM 647), deverão atrair, nos próximos 10 anos um

volume de investimentos externos de ca de **USD 70 Biliões**, *i.e.*, quase cinco vezes o actual *PIB* – uma grandeza sem precedentes em toda a história do país.

Há conhecimento em meios da elite política de pontos de vista individuais segundo os quais uma eventual deterioração da actual situação não afectaria os planos de exploração do gás natural, cujo mercado natural é a **Ásia** (AM 758), devido ao facto de a mesma estar concentrada no mar, *Bacia do Rovuma*.

Este ponto de vista, descrito como mera “*racionalização de desejos*” inspirada numa realidade similar, **Angola**, é contrariado por advertências que se sabe estarem a ser feitas às autoridades moçambicanas tais como a de que, nas circunstâncias actuais, ninguém investiria num país que no passado esteve em guerra para a ela voltar.

2 . Graças à tecnologia de empresas como a *ENI* italiana ou a portuguesa *Galp*, foram detectadas na *Bacia do Rovuma*, junto à fronteira com a **Tanzânia**, reservas de milhões de pés cúbicos de gás natural (*TCF*, sigla inglesa) considerado de grande qualidade o que colocou Moçambique no plano mundial do negócio de gás natural.

O grupo *ENI-East Africa Moçambique* opera no chamado *Bloco 4* na *Bacia do Rovuma* tendo como parceiros as empresas *Kogas*, da **Coreia do Sul**, a *ENH* (*Empresa Nacional de Hidrocarbonetos*), de Moçambique e a *Galp-Energia* de **Portugal**. A *ENI* tem uma participação de **70%** e as restantes de **10%** cada.

A par desta descoberta também a multinacional norte-americana *Anadarko* que opera no chamado *Bloco 1* com furos no mar e em terra, já anunciou a descoberta de **10 triliões** de pés cúbicos de gás natural (*TCF*) e também de petróleo – este em quantidades consideradas sem expressão comercial.

Antes de significar riqueza para Moçambique, ou antes de se concretizar a chegada dos anunciados fluxos de capital, a descoberta de gás natural vai obrigar o Estado moçambicano a endividar-se para não perder a sua participação na exploração, de modo a não ficar de fora na corrida aos recursos minerais.

O *Centro de Integridade Pública* (*CIP*), de Moçambique estima que o Estado terá de pagar **ca USD 3 mil milhões** para conseguir manter a sua posição na exploração de gás. O mercado doméstico só poderá absorver uma parcela mínima da produção, dado que não existe uma rede interna de distribuição de gás, no país e na região.

A abundância de gás natural descoberta em Moçambique está a provocar agitação económica, política *idem*, dentro e fora do país. De acordo com o *INP* (*Instituto Nacional do Petróleo*), as maiores companhias internacionais, como a *Exxon*, *Shell* e *BP*, denotam interesse no negócio.

A *China National Corporation* apresentou mesmo uma proposta para a aquisição de **20%** da *Área 4*. As novas licitações só deverão ocorrer, porém, depois de **2015**, devido ao atraso na conclusão do novo código de investimento externo e respectivo quadro legislativo, bem como ao protelamento para depois de **2018** de projectos de renovação de ferrovias e terminais portuários.

3 . O *CIP*, uma *ONG* com elevada reputação interna e externa, que pugna pela transparência da vida política em Moçambique, estima que a questão do *cadastro mineiro* tenderá, pela sua delicadeza, a dar origem a conflitos de interesses e de tráfico de influências no domínio da exploração dos recursos naturais.

Conforme um *cadastro mineiro* divulgado pelo *CIP*, em todos os distritos, geralmente sem conhecimento das comunidades, milhões de hectares de terras foram registados em nome de membros da elite política da *Frelimo*, supostamente beneficiando de informação privilegiada, mas indevida, sobre a localização de recursos naturais no país.

Deduz-se em meios habilitados que proliferam no país empresas de existência meramente nominal (sem contacto telefónico ou localização física), como é o caso de algumas como *Mozouro Recursos*, *Futuro Investimentos* ou *Imobiliária Pequenos Libombos*, criadas com o mero fim de obter licenças de exploração.

Os preços que pagam pelas licenças são geralmente simbólicos; a influência é o elemento determinante nos processos. Não dispõem de capitais nem de tecnologia. Tendem a procurar investidores estrangeiros com os quais possam concluir acordos (parcerias) que lhes permitam iniciar as suas actividades; ou revendem as licenças.

A corrida pela participação em negócios tão potencialmente lucrativos como o gás natural está de tal modo agudizada que já se registam conflitos entre elementos da própria *Frelimo*. No centro das atenções surge o Presidente, **Armando Emílio Guebuza** (AEG), na gíria local apresentado como “*Gue-Business*”

É considerado um dos mais prósperos homens de negócios de Moçambique (interesses em múltiplos sectores da economia). No senso comum, a sua importância como homem de negócios não é estranha a vantagens em termos de poder e influências decorrentes do exercício do cargo de Presidente.

Por imperativo constitucional, as suas funções presidenciais terminam em **2014**, mas não está impossibilitado de poder continuar a influenciar, quer a eleição do novo Presidente, quer a constituição do novo executivo, uma vez que o seu papel como presidente do partido **Frelimo** só expira em **2017**.

Isto permitir-lhe-á, inclusivamente, consolidar o seu “*grupo de pressão*” na área do apetecido gás natural, tarefa que só tem sido prejudicada porque a vertiginosa evolução dos acontecimentos na *Bacia do Rovuma* tem tido inevitáveis repercussões na superestrutura política.

4 . Se a incipiência dos partidos da oposição, *Renamo* e *MDM* (Movimento Democrático de Moçambique), deixa campo livre à *Frelimo* para mais uma vez conquistar a Presidência, põe também a descoberto a forte rivalidade entre as facções de AEG e do ex-Presidente **Joaquim Chissano**.

A aposta de AEG no ex-PM e homem de confiança, **Aires Ali**, fracassou (AM 771), quando este foi afastado da Comissão Política no Congresso do Partido em **2012**. E apesar de o substituto na chefia do Governo ser um outro incondicional, **Alberto Vaquina**, é cada vez mais nítido na *Frelimo* um clamor sobre a necessidade de uma mudança geracional na chefia do partido.

Os dirigentes moçambicanos de primeiro plano ocupam ainda em grande número funções no Governo ou no Partido desde a independência do país, **1975**. Por esta razão, ou pela muito possível concretização de candidaturas de pessoas prestigiadas ligadas a J Chissano, AEG poderá ter dificuldades em impor candidatos com ele muito conotados, de modo a continuar a deter influências nas decisões políticas.

Se o *lóbi* de AEG perder as influências que detém, admite-se que isso virá a ter inevitáveis repercussões nos contratos assinados em **2005**, relacionados com o carvão de **Moatize** e posteriormente com o gás natural de **Cabo Delgado**, nomeadamente no sentido da sua renegociação.

Mas a questão não parece custosa. Tanto “*guebuzistas*” como “*chissanistas*” reconhecem a necessidade de alterar o regime de tributação, de modo a pôr fim a benefícios fiscais inicialmente acordados com as empresas estrangeiras, para atender ao esforço financeiro que o país terá de fazer em gasodutos, infraestruturas ferroviárias e portuárias e responder assim à dinâmica introduzida pelo gás natural.

O prestigiado *Instituto de Estudos Sociais e Económicos* tem insistido neste aspecto junto da *Autoridade Tributária* e do *Banco de Moçambique* defendendo que o Estado moçambicano, através da *ENH*, deveria aumentar a sua participação em *joint-venture*, passando dos actuais **10/15%** para **35/40%**. Mas é pouco crível que tarefa de tal monta - aumento da participação estatal ou alteração do regime tributário - possa acontecer antes das eleições de **2014**.

FIM

[A matéria constante do conteúdo de África Monitor é de natureza confidencial. Destina-se apenas aos seus subscritores e para seu próprio uso. Não pode ser publicada ou, por nenhuma forma, distribuída. Os direitos de autor permanecem como propriedade de África Monitor.](#)

áfricamonitor
INTELLIGENCE

Propriedade e Edição Monitorius, Lda NIF/RNPC 508584060 Redacção/Administração Avenida António Augusto de Aguiar, n° 24 – 1º Esq. Telef 93 529 53 05 Assinaturas Telef 93 630 71 83 E-mail monitorius@sapo.pt Registo ERC 124696 Bissemanal Circulação por Assinatura Modalidades/tabela Premium: € 790,00 anual-410,00 semestral Empresas: € 520,00/anual-280,00/semestral; Individual: € 320,00 anual-170,00 semestral; Light: € 130,00

: